

Importância da tecnologia social “Estratégias para o empoderamento de mulheres catadoras de mangaba em Sergipe”



***Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Tabuleiros Costeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento***

DOCUMENTOS 238

Importância da tecnologia social “Estratégias para o empoderamento de mulheres catadoras de mangaba em Sergipe”

*Josué Francisco da Silva Júnior
Dalva Maria da Mota
Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues
Heribert Schmitz
Dérick Lima Gomes*

***Embrapa Tabuleiros Costeiros
Aracaju, SE
2020***

Unidade responsável pelo conteúdo e edição:

Embrapa Tabuleiros Costeiros
Avenida Beira Mar, nº 3250,
CEP 49025-040, Aracaju, SE
Fone: +55 (79) 4009-1300
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Comitê Local de Publicações
da Unidade Responsável

Presidente
Ronaldo Souza Resende

Secretário-Executivo
Ubiratan Piovezan

Membros
Amaury da Silva dos Santos
Ana da Silva Lédo
Anderson Carlos Marafon
Joézio Luiz dos Anjos
Julio Roberto Araujo de Amorim
Lizz Kezzy de Moraes
Luciana Marques de Carvalho
Tânia Valeska Medeiros Dantas
Viviane Talamini

Supervisão editorial
Aline Gonçalves Moura

Normalização bibliográfica
Josete Cunha Melo

Projeto gráfico da coleção
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Editoração eletrônica
Aline Gonçalves Moura

Foto da capa
Josué Francisco da Silva Júnior

1ª edição
Publicação digitalizada (2020)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Tabuleiros Costeiros

Importância da tecnologia social "Estratégias para o empoderamento de mulheres catadoras de mangaba em Sergipe". / Josué Francisco da Silva Júnior [et al...]. – Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2020.

37 p. : il. (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, ISSN 1678-1953; 238)

1. Tecnologia social. 2. Catadoras. 3. Extração manual. 4. Políticas públicas. I. Silva Júnior, Josué Francisco. II. Mota, Dalva Maria da. III. Rodrigues, Raquel Fernandes de Araújo. IV. Schmitz, Heribert. V. Gomes, Derick Lima. VI. Série.

CDD 303.483 Ed. 21

Autores

Josué Francisco da Silva Júnior

Engenheiro-agrônomo, mestre em Ciências Agrárias/
Fruticultura Tropical, pesquisador da Embrapa Tabuleiros
Costeiros, Recife, PE

Dalva Maria da Mota

Socióloga, doutora em Sociologia Rural, pesquisadora da
Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Bacharel em Comunicação Social, mestra em
Agroecossistemas, analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros,
Aracaju, SE

Heribert Schmitz

Doutor em Sociologia Rural, professor da Universidade Federal
do Pará, Belém, PA

Dérick Lima Gomes

Geógrafo, mestre em Agriculturas Familiares e
Desenvolvimento Sustentável, pesquisador-bolsista da
Embrapa Tabuleiros Costeiros/CNPq, Belém, PA

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos o documento Importância da tecnologia social “Estratégias para o empoderamento de mulheres catadoras de mangaba em Sergipe”, resultado de uma experiência de pesquisa de quase duas décadas com parceiros institucionais e movimentos sociais.

O tema tratado é de relevância para os territórios em destaque, mas também para o Brasil, particularmente, para as áreas que têm a mangabeira como uma das suas espécies nativas manejadas por grupos sociais extrativistas cuja economia familiar depende da articulação de diferentes atividades.

A pesquisa contribui diretamente para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pactuados com a Agenda 2030 da ONU, conforme descrito a seguir: meta 2.3 do ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ao favorecer o acesso aos recursos naturais e oportunidades de agregação do valor aos produtos, por meio da promoção da organização social e política de mulheres extrativistas de mangaba na Mata Atlântica de Sergipe; e, metas 5.5 e 5.b do ODS 5 - Igualdade de Gênero, ao impactar positivamente na participação de mulheres na vida econômica e pública, no aumento do uso de tecnologias de informação e comunicação.

A publicação se destina a todas as pessoas que têm interesse em apoiar grupos e comunidades tradicionais nas suas expectativas e a conservação de recursos da biodiversidade.

A nossa expectativa é que esta publicação incentive o debate e ações para garantir o acesso aos recursos genéticos por grupos que os conservam secularmente.

Desejamos uma boa leitura!

Marcelo Ferreira Fernandes

Chefe-Geral da Embrapa Tabuleiros Costeiros

Sumário

Introdução	9
Metodologia	10
O contexto e as catadoras de mangaba	14
Avaliação da tecnologia social	18
Histórico	18
Indicadores de avaliação	20
Acesso aos recursos naturais	20
Mudanças sociais e políticas	23
Mudança econômica	25
Ação coletiva	27
Reaplicação da tecnologia	32
Considerações finais	33
Agradecimentos	34
Referências	34

Introdução

Este trabalho consiste na primeira avaliação da tecnologia social “Estratégias para o empoderamento de mulheres catadoras de mangaba em Sergipe¹”, resultante de uma experiência entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instituições parceiras e grupos de catadoras de mangaba² de comunidades extrativistas. A mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma espécie frutífera tropical de grande importância para o litoral do Nordeste, sobretudo para comunidades extrativistas, comerciantes e agroindústrias de polpas e sorvetes. A pesquisa objetivou comprovar a dimensão do empoderamento para a persistência, a longo prazo, das catadoras de mangaba na condição de extrativistas e com acesso aos recursos naturais diante da destruição das áreas de ocorrência e coleta da espécie, com consequente perda da biodiversidade e ameaças aos modos de vidas das comunidades tradicionais de catadoras de mangaba, conforme dados recentes de mapeamento em Sergipe (Rodrigues et al., 2017). Tais ameaças ocorrem mesmo que as catadoras de mangaba sejam oficialmente consideradas como um grupo culturalmente diferenciado, segundo o autorreconhecimento como critério do direito (Lei estadual nº 7.082/2010) (Sergipe, 2010); tenham conseguido aumento da visibilidade no Brasil; e sejam beneficiárias de diferentes políticas públicas com acesso a fóruns de discussão internacionais, nacionais e locais.

Em se tratando da fruta, a valorização e intensificação do consumo da mangaba no país podem ser comprovadas pela inserção em diferentes mercados formais e informais e na agroindústria de polpas e sorvetes. Além do desenvolvimento de subprodutos ter se constituído uma nova fonte de renda para as catadoras de mangaba, há também o reconhecimento da espécie como fonte de alimento importante da sociobiodiversidade, a exemplo do Programa Plantas para o Futuro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Ferreira et al., 2005), da Política de Garantia de Preços Mínimos para os

¹ A avaliação da tecnologia social foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Embrapa.

² Esta pesquisa não acessou conhecimentos tradicionais das catadoras de mangaba, conforme previsto na Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), que trata do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados.

Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (Conab, 2017) e da Arca do Gosto da Fundação Slow Food para Biodiversidade (SlowFood, 2020). Essas iniciativas ressaltam a importância das catadoras de mangaba, além da projeção científica internacional dada por meio da FAO e Bioversity International (Silva Júnior et al., 2016; Silva Júnior et al., 2018a) e IICA/Procisur (Silva Júnior et al., 2017).

A iniciativa da tecnologia social tem contribuído para importante avanço do conhecimento e suporte para a organização das extrativistas autodesignadas catadoras de mangaba (Mota et al., 2011a). No primeiro ponto, em relação aos recursos naturais e às catadoras de mangaba, tem gerado significativo volume de dados e informações: histórico da coleta da fruta e o papel das mulheres na conservação da biodiversidade; perfil e tipologia das extrativistas, saberes, tradições; mapas geográficos, ameaças ao extrativismo e áreas naturais de ocorrência da mangabeira; conflitos; formas de acesso e gestão das áreas; e formas de venda e consumo. O segundo ponto consiste na organização das catadoras de mangaba e sua mobilização nos âmbitos nacional, estadual e local; na promoção de eventos de formação e intercâmbios; na disponibilização e divulgação de informações; e nas análises sobre o extrativismo para as instituições e subsídios a políticas públicas.

Este documento objetiva demonstrar a avaliação da tecnologia social quanto aos aspectos sociais, econômicos e políticos, em seis territórios do estado de Sergipe.

Metodologia

A pesquisa de avaliação da tecnologia social foi realizada em 2019, em áreas pertinentes aos seis territórios prioritários, que foram definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, atual Ministério da Cidadania, em 2018 (Brasil..., 2018). Envolveu 16 comunidades de mulheres extrativistas de mangaba de seis municípios do estado de Sergipe (Figura 1): Aracaju (comunidades de Santa Maria/17 de Março e Prainha); Japaratuba (comunidades de Porteiras, Sapucaia e Moita Redonda); Japoatã (comunidades de Ladeiras e Carro Quebrado); Itaporanga d'Ajuda (comunidades da Caueira, Pariporé e Assentamento Luíza Mahin); Indiaroba (comunidades do Pontal, Preguiça de Cima e Preguiça de Baixo) e Santa; Luzia do Itanhy (comunidade de Pedra

Furada). Também foram incluídos os municípios de Barra dos Coqueiros (comunidade de Capuã) e Pirambu (comunidade de Baixa Grande), uma vez que foram importantes quando do início das pesquisas que geraram, aperfeiçoaram e replicaram a tecnologia social.



Cartograma: Marco Aurélio Silva

Figura 1. Localidades no estado de Sergipe onde a tecnologia social “Estratégias para o empoderamento de mulheres catadoras de mangaba” foi avaliada. 2020.

A noção de empoderamento utilizada na avaliação se orienta nos estudos de Brumer e Anjos (2010) que, inspiradas em Deere e León (2002), analisaram sob o foco de “alterações mais profundas em processos e estruturas”, que amparam a subordinação feminina, ou como “processo de transformação social”, “base” de “visões alternativas” ligadas às “mudanças nas próprias vidas das mulheres”, exigindo “espaços democráticos e participativos” e “a organização de mulheres” (Deere; León, 2002, p. 53).

Brumer e Anjos (2010) operacionalizam a noção de empoderamento e consideram que na dimensão econômica são levadas em conta as perspectivas de aumento da renda, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da autoestima e da autoconfiança. Nas dimensões social e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder.

Com base nessas mesmas autoras e com alterações, toma-se o empoderamento a partir de indicadores que abarcam o acesso aos recursos naturais, mudanças sociais, econômicas e políticas, ação coletiva e possível reaplicação da tecnologia social, conforme listados na Tabela 1.

Tabela 1. Indicadores para avaliação da tecnologia social “Estratégias para o empoderamento de mulheres catadoras de mangaba”.

Indicador	Aspecto avaliado
Acesso aos recursos naturais	Disponibilidade de recursos naturais
	Tipos de acesso
Mudanças sociais e políticas	Políticas públicas
	Participação em comitês e comissões
Mudança econômica	Iniciativas econômicas
	Renda
Ação coletiva	Participação formal
	Fundação de organizações
	Mobilizações
	Desenvolvimento da habilidade de comunicação
Reaplicação da tecnologia	Apropriação
	Acessibilidade
	Limites

A abordagem da pesquisa qualitativa e quantitativa e a referência temporal para a avaliação correspondem ao período de 2003 a 2019. Diferentes procedimentos metodológicos foram utilizados como entrevistas com questões semiestruturadas e abertas e grupos focais. As primeiras, envolveram 39 mulheres catadoras de mangaba, lideranças dos movimentos e organizações sociais que as agregam e técnicos de instituições locais, estaduais e nacionais. Nove grupos focais foram realizados (Figura 2) com a participação de 48 mulheres e cinco homens nas comunidades de Ladeiras, Carro Quebrado, Moita Redonda, Baixa Grande, Santa Maria/17 de Março, Pedra Furada, Preguiça de Baixo e Pontal (Figura 2), procedimento consolidado na pesquisa avaliativa (Trad, 2009). Tanto as entrevistas como os grupos focais objetivaram identificar os níveis de empoderamento das catadoras de mangaba e discutir coletivamente sobre a tecnologia social, seus limites e possibilidades.



Fotos: Josué Francisco da Silva Junior

Figura 2. Grupos focais com catadoras de mangaba, da esquerda para a direita e de cima para baixo, em Moita Redonda (Japaratuba), Santa Maria/17 de Março (Aracaju), Pontal (Indiaroba) e Carro Quebrado (Japoatã).

As informações quantitativas obtidas nas entrevistas foram sistematizadas em planilhas, enquanto que as qualitativas foram organizadas segundo o informante e analisadas à luz do debate sobre povos e comunidades tradicionais, empoderamento de mulheres e conservação de recursos naturais. Seguindo a sugestão de Michelat (1987), optou-se por analisar as narrativas “verticalmente”, isto é, realçando as particularidades relatadas em cada uma delas, e “horizontalmente”, relacionando-as de acordo com os temas da avaliação. As entrevistas abertas permitem acessar maior profundidade de informações por meio da liberdade de exposição concedida aos entrevistados, razão pela qual se utilizaram codinomes para resguardar sua privacidade e possibilitar maior liberdade na utilização dos dados.

As informações vinculadas aos indicadores de acesso aos recursos naturais foram obtidas na base de dados Infraestrutura Espacial da Embrapa (Geoinfo) (Embrapa, 2020), na qual estão disponibilizados mapeamentos participativos do extrativismo da mangaba em Sergipe realizados por Vieira et al. (2009) e Rodrigues et al. (2017).

O contexto e as catadoras de mangaba

Há décadas, comunidades tradicionais de catadoras de mangaba do litoral do Nordeste têm construído saberes e práticas que repercutem na conservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo que garantem a sua sobrevivência, a partir da coleta de frutos da mangabeira (Figura 3), que representa importante fonte de renda e de alimento para milhares de pessoas (Mota et al., 2011a).



Foto: Josué Francisco da Silva Júnior

Figura 3. Frutos de mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) coletados por extrativistas, no município de Japaratuba, SE, 2019.

Sob o ponto de vista dessas mulheres extrativistas, uma catadora de mangaba (Figuras 4 e 5) possui as seguintes características: “i) é quem vive da mangaba; ii) é quem conhece tudo da mangaba: a qualidade, o tempo, o estado; iii) é quem se reveza entre as mangabas e o mangue; iv) é quem cuida e preserva o pé de mangaba; v) é quem faz um trabalho duro, passa fome e passa sede; vi) é quem luta pelas mangabeiras e pelo acesso livre; vii) é quem corre dos donos do sítio, muitas vezes deixando lá os baldes” (Mota et al., 2011a).



Figura 4. Catadoras de mangaba em atividade de coleta de frutos no município de Indiaroba, SE, 2018.



Figura 5. Catadoras de mangaba em deslocamento para áreas de coleta no estuário dos rios Real e Piauí, nos municípios de Indiaroba, Estância e Santa Luzia do Itanhay, SE, 2018.

O principal produto do sustento das catadoras de mangaba de Sergipe provém da mangabeira, uma árvore frutífera que ocorre naturalmente nos tabuleiros costeiros, restingas e cerrados do Brasil, desde o Amapá até o Paraná, sendo também registrada a sua presença em menor extensão no Paraguai, Peru e Bolívia (Monachino, 1945). A mangabeira produz frutos de sabor e coloração singulares utilizados na agroindústria brasileira de sucos, polpas, doces e sorvetes.

A intensificação do consumo da mangaba iniciou-se na região Nordeste do Brasil, na década de 1980, dinamizando o funcionamento das fábricas de polpa e sorvetes no lastro da valorização e consumo crescente de produtos da agrobiodiversidade processados. Nesse contexto, o seu extrativismo começou a ter papel destacado no abastecimento desse mercado. Entretanto, a valorização da fruta contrasta com a avassaladora destruição das áreas naturais de ocorrência da planta, significativas em alguns estados do Brasil, mas quase devastadas em outros. As principais ameaças aos remanescentes de mangabeira são a expansão das áreas de cultivo, desde a década de 1970, com cana-de-açúcar, coqueiro, eucalipto, pastagem, milho, algodão e soja; a especulação imobiliária nas áreas de apelo turístico e próximas às grandes cidades do litoral; além do crescimento da atividade de carcinicultura que destrói o ecossistema de manguezal e reduz drasticamente as coletas de crustáceos e moluscos, outra atividade exercida por muitas das comunidades de catadoras de mangaba (Mota et al., 2011a; Mota et al., 2011b).

Como visto, coexistem tendências contraditórias de intensificação do consumo da mangaba e de redução das áreas naturais. As consequências mais visíveis são as ameaças aos modos de vida das comunidades tradicionais que coletam e manejam as plantas, como parte das suas estratégias de sobrevivência, em áreas privadas, cercadas ou de livre acesso e o comprometimento da biodiversidade (Schmitz et al., 2009; Mota et al., 2011a; Schmitz et al., 2013), com consequências para 5.328 pessoas, somente no estado de Sergipe (Rodrigues et al., 2017).

Avaliação da tecnologia social

Histórico

Este Documento trata da avaliação de uma experiência realizada no período de 2003 e 2019, com o objetivo de estudar a conservação in situ da mangabeira manejada por comunidades tradicionais, que sobrevivem do extrativismo vegetal (frutas, fibras, madeiras, plantas medicinais etc.) e animal (peixes, moluscos e crustáceos). Considerando a necessidade de se conservar o germoplasma de mangabeira ameaçado no Brasil, uma equipe da Embrapa iniciou um trabalho que objetivava a conservação, caracterização e uso dos recursos genéticos da mangabeira na região Nordeste do país (Silva Junior et al., 2003). À proporção que as áreas naturais de mangabeira eram identificadas, percebeu-se a importância de comunidades extrativistas para sua conservação, principalmente mulheres³, que acumulavam, há gerações, saberes relativos ao manejo, reprodução e pós-coleta da espécie (Mota; Silva Junior, 2003; Mota et al., 2008).

A resistência de comunidades e povos tradicionais em manter as suas práticas mostra-se eficiente para manter a biodiversidade frente ao avanço de empreendimentos imobiliários e monoculturas, como cana-de-açúcar, eucalipto e grãos em grande escala pela agricultura empresarial. Considera-se ainda que a atividade extrativista é vista por muitos estudiosos como potencial de serviço ecossistêmico e de melhor conservação da biodiversidade (Castro, 1997; Diegues; Arruda, 2001).

A importância do papel das mulheres na conservação in situ influenciou na redefinição dos objetivos dos estudos pela equipe que, a partir daí, focaram simultaneamente a conservação dos recursos genéticos associada à persistência do acesso das comunidades às áreas naturais, com a participação destas últimas em muitas das atividades das pesquisas. Para isso, parcerias

³ No Brasil, o extrativismo da mangabeira é realizado nas regiões Nordeste, Norte e no Brasil Central, predominantemente, por mulheres, em situação de vulnerabilidade social, que se autodenominam “catadoras”, “tiradeiras”, “apanhadoras” de mangaba ou “geraizeiras”, a depender da região do país.

se constituíram para ampliar a visibilidade social das extrativistas e convencer a sociedade envolvente quanto ao seu papel.

A tecnologia social em questão é composta por um conjunto de procedimentos que consistem de: observações participantes; mapeamentos em SIG de áreas naturais de ocorrência da mangabeira e comunidades de extrativistas, com a identificação daquelas de uso comum e/ou privado; avaliação do status quo das áreas naturais; promoção de eventos de capacitação técnica e de lideranças ministrados por pesquisadores; capacitações solidárias entre extrativistas e de organização política das mulheres extrativistas; realização de expedições para levantamentos de dados primários quantitativos e qualitativos por meio de entrevistas e questionários semiestruturados e abertos, com diferentes atores (extrativistas, comerciantes, técnicos e pesquisadores). Foram também realizadas histórias de vida, como ferramenta metodológica, com o objetivo de traçar a trajetória pessoal de mulheres extrativistas de mangaba e, com isso, apreender a história do grupo, do acesso e do uso dos recursos naturais. Boas práticas e regras para utilização da mangabeira e recursos vegetais das áreas naturais de ocorrência também foram discutidas e pactuadas entre catadoras de mangaba e pesquisadores (Mota et al., 2011a; Silva Júnior et al., 2016).

Devido à importância e à persistência das etapas e hábitos de coleta e consumo da fruta, bem como à conservação dos remanescentes de mangabeira, o litoral nordestino e, particularmente, o estado de Sergipe, foram alvos de estudos em profundidade. Ali, as ações do projeto incluíram desde o mapeamento detalhado das áreas e identificação das extrativistas e sua importância econômica e ambiental até a ação política para conquista do reconhecimento das mulheres extrativistas como um grupo culturalmente diferenciado (Vieira et al., 2009; Sergipe, 2010; Mota et al., 2011a; Schmitz et al., 2013; Silva Júnior et al., 2016; Rodrigues et al., 2017).

A tecnologia foi certificada em 2011 como Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil, sob a denominação de “Estratégias para o empoderamento de mulheres catadoras de mangaba de Sergipe” (Fundação..., 2011). É fruto de um arranjo institucional com forte aderência de instituições governamentais federais [Embrapa, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Incra-SE], estadual [Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), Secretarias Estaduais do Governo de

Sergipe], municipais (prefeituras) e organização da sociedade civil [Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) e suas associações comunitárias] construído desde 2007, por ocasião do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe (Mota et al., 2007). A parceria formada por essas entidades permitiu o desenvolvimento da tecnologia social para o empoderamento de comunidades tradicionais de catadoras de mangaba, em diferentes proporções, em 15 municípios do estado de Sergipe: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Japaratuba, Japoatã, Neópolis, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

Indicadores de avaliação

De acordo com as informações sistematizadas a partir das entrevistas, grupos focais e observações in loco, pode-se inferir que houve transformações em todos os aspectos da tecnologia social avaliados para as catadoras de mangaba de Sergipe, entre os anos de 2003 e 2019. Essas transformações foram caracterizadas não apenas por conquistas, mas também por derrotas, que promoveram mudanças políticas, sociais e econômicas e contribuíram para o desenvolvimento de iniciativas de ação coletiva entre os grupos.

Acesso aos recursos naturais

Disponibilidade de recursos naturais

Em se tratando do indicador acesso aos recursos naturais pelas catadoras de mangaba, os resultados da avaliação comprovam que foi a situação mais profundamente afetada. De forma unânime, as catadoras de mangaba informaram que as áreas e a disponibilidade de mangabeiras para o extrativismo diminuíram sobremaneira no período de 2003 a 2019, em todos os municípios pesquisados, o que reiterou as informações de Rodrigues et al. (2017), disponibilizadas no Geoinfo (Embrapa, 2020).

Não obstante essas mudanças e a reorganização de prioridades, alguns dados demonstram que o problema da devastação das áreas de mangabeira continua a ser o tema mais sensível às extrativistas.

O mapeamento realizado por Rodrigues et al. (2017) inferiu que, de 2010 a 2016, foram suprimidos 10.456 hectares (29,6%) das áreas nativas da frutífera em Sergipe, cujo total é estimado em 34.033 hectares. As principais razões para a diminuição estão associadas à substituição da vegetação por monocultivos de eucalipto e cana-de-açúcar, construção de empreendimentos imobiliários e ocupações urbanas de luta por moradia, problemas que, somados aos cercamentos dos remanescentes em áreas privadas para impedimento da entrada das catadoras de mangaba, representam ameaças iminentes à manutenção do modo de vida das extrativistas.

Na opinião das catadoras de mangaba entrevistadas, há uma unanimidade que a redução das áreas naturais de mangabeira cresce a olhos vistos:

“A situação da mangabeira eu estou achando pior, porque antes a gente tinha época pra pegar mangaba e hoje em dia não está tendo, não. Por exemplo, eu pegava mangaba ali... Primeiro começou minha mãe, minha menina não era nem nascida ainda. Quando foi agora o rapaz botou para lotear, aí quer dizer que eu vou ficar sem os pés de mangaba. Aí a tendência é acabar para fazer esse condomínio aí. Acabou [as áreas livres]. Hoje o que eles tão fazendo? Nessa área que fica perto da praia eles estão derrubando e estão deixando só as de pertinho mesmo, só pra dizer que tem alguma coisa, mas não tem nada mais. Pra mim, a principal coisa foi esse condomínio que chegou aqui. Porque tem gente aqui, menina que nasceu aqui, que eu via passar pra pegar mangaba que tá procurando outro meio de ganhar dinheiro” (E., catadora de mangaba de Capuã, em Barra dos Coqueiros).

“Estamos trabalhando minha irmã, na verdade estão se acabando, os plantadores de cana estão devorando o lado de mangabeira livre, sabe? Estão plantando cana e eucalipto, só está ficando quase assim cada um está fazendo seu sítio de mangabeira porque quem não vai plantar, não vai apanhar quase mais... Tem bem pouco, naquela época que vocês vieram tinha bastante mangabeira, agora mudou tem uns 60% de 100%. Porque, na época, para onde nós íamos era um tabuleiro cheio de mangabeira, mas tiraram e plantaram cana, eucalipto então não dá mais, nós temos menos áreas de tabuleiro que tem dono, mas os donos não importam com a terra, mas quando eles precisam da terra ele vem tira as mangabeiras e bota a cana no lugar.” (Catadora de mangaba no grupo focal em Carro Quebrado, Japoatã).

Tipos de Acesso

As consequências incidem na crescente mercantilização da atividade extrativista a partir de diferentes relações. Apesar de persistirem os acessos identificados no início dos estudos da equipe de pesquisadores (Mota; Silva Júnior, 2003), como listado a seguir: 1) livre (áreas de particulares, da União, do Estado e dos Municípios, bem como, as áreas de preservação ambiental dos assentamentos, onde qualquer pessoa pode coletar os frutos); 2) sítios próprios (somente os donos da terra podem coletar os frutos); 3) coleta consentida em áreas de terceiros (catadoras de mangaba com consentimento do dono da terra podem coletar, sem nenhum custo para quem coleta). Constatou-se que outros tipos de acessos registrados nos mapeamentos detalhados realizados posteriormente (Vieira et al., 2009, Rodrigues et al., 2017), que antes eram menos frequentes, agora vêm se destacando na relação entre catadoras de mangaba e donos de terra, como: 1) compra em áreas de terceiros (catadoras de mangaba com consentimento do dono da terra podem coletar, mas têm que pagar pelos frutos, em dinheiro); 2) venda diária da força de trabalho em áreas de terceiros (os donos da terra pagam as catadoras de mangaba pelo dia de coleta e todos os frutos ficam com o dono da terra); 3) arrendamento (o dono da terra cede a área, mediante prazo e valor negociados) (Tabela 2).

Tabela 2. Tipos de acessos às áreas naturais de ocorrência de mangabeira pelas catadoras de mangaba, em 2003 e 2019.

Tipos de acesso	2003	2019
Livre acesso às áreas de coleta		
Coleta em sítios próprios		
Coleta consentida em áreas de terceiros		
Coleta com compra em áreas de terceiros		
Acesso a partir da venda diária da força de trabalho para coleta de mangaba em áreas de terceiros		
Coleta em áreas arrendadas		

Mudanças sociais e políticas

Políticas públicas

Até 2007, o acesso a políticas públicas não incluía políticas específicas para as catadoras de mangaba. Isso somente ocorreu com a participação dessas mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Conab, de 2007 a 2011, conforme descrito detalhadamente em estudo de Mota et al. (2014) e relatado pelas catadoras de mangaba entrevistadas. A articulação realizada pelos pesquisadores e catadoras de mangaba com a representação da Conab, durante o Seminário “Conquistas, Demandas e Experiências do Extrativismo em Sergipe e Norte de Minas Gerais”, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Brasília, em 2009, foi fundamental para o aumento do preço pago pela fruta em favor das catadoras de mangaba.

A participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Ministério da Educação, se deu a partir da produção de doces, bolos e outros subprodutos, oriundos das agroindústrias criadas a partir do projeto *Catadoras de Mangaba: Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe*, conhecido entre as catadoras de mangaba como “projeto dos doces”, coordenado pela UFS, sob patrocínio da Petrobras, com participação de professores, alunos e consultores externos.

No início de 2018, uma iniciativa posta em prática pelo poder público foi a concessão do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). As catadoras de mangaba e os pescadores artesanais dos municípios de Indiaroba, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Itaporanga d'Ajuda, SE, receberam o TAUS referentes a 18.027 ha de área rural da União, onde poderiam utilizar, amparados juridicamente e de forma sustentável, os recursos naturais disponíveis no território (Brasil..., 2017). Essa ação foi uma iniciativa da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria de Patrimônio da União. A delimitação da área somente foi possível graças ao *Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas*, disponibilizado pela Embrapa (Rodrigues et al., 2017) e realizado em atendimento à demanda do Ministério Público Federal em Sergipe (MPF-SE). Não obstante, como observado e de acordo com as entrevistadas, não alterou a situação de expropriação vivida pelas catadoras de mangaba.

Participação em comitês e comissões

No período de 2003 a 2019, houve uma intensificação da participação das catadoras de mangaba de Sergipe em grupos constituídos a partir da fundação do MCM e do seu reconhecimento como grupo culturalmente diferenciado, que foi obtido a partir da Lei Estadual no 7.082/2010 (Sergipe, 2010). Até 2007, a participação restringia-se a sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, colônias de pescadores e movimentos sociais na condição de "Sem-Terra". Já no final de 2007, como reflexo das reivindicações do I Encontro das Catadoras de Mangaba, elas obtiveram duas grandes conquistas: 1) a participação na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, atual Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com direito a assento e voto, mediante o apoio de pesquisadores; e 2) participação na secretaria executiva da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem). Em 2019, constatou-se que elas participavam também do Fórum de Mulheres de Sergipe.

Mudança econômica

Iniciativas econômicas

Ainda persistem as iniciativas de participação nos circuitos locais de comercialização em feiras e nas margens das estradas, bem como a entrega a atravessadores e venda em lanchonetes e fábricas de polpa. Esse tipo de venda ainda é responsável pela maior parte da renda das catadoras de mangaba com a fruta.

A partir de 2007, na mesma época dos primeiros Encontros Estaduais, as catadoras de mangaba demandaram iniciativas para agregação de valor à mangaba⁴, com destaque para o fomento obtido por meio de um edital da Petrobras⁵ para a produção e venda de produtos derivados da mangaba (bolos, bombons, geleias, licores etc.). Essa ação permitiu que as catadoras de mangaba vendessem seus produtos em feiras de turismo, shoppings centers, eventos diversos, entre outros, bem como montassem um ponto de venda na Feira do Turista, na orla de Aracaju. Houve também a aquisição de um veículo para auxiliar nos deslocamentos e nas vendas e que se encontra, atualmente, sob a responsabilidade da Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Pontal, em Indiaroba.

Em 2019, esses produtos eram provenientes de cinco unidades coletivas para o processamento da mangaba e outras frutas, construídas por cinco associações, em cinco comunidades de quatro municípios diferentes⁶. Apesar do sucesso da iniciativa, segundo as entrevistadas, o número de catadoras de mangaba envolvidas nas unidades de processamento, ainda é pequeno.

Durante o período de 2007 (criação do MCM) até 2019, parece ter havido um processo simultâneo de concentração e direcionamento das mobilizações do

⁴ Apoiadas por meio cursos de capacitação em produção de doces e licor à base de mangaba, promovidos pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, vinculada à Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social de Sergipe (Seides-SE) e a produção coletiva de geleias, balas, bombons, bolos e licor de mangaba coordenado pelo MCM, em Barra de Coqueiros e Pirambu, SE.

⁵ Projeto *Catadoras de Mangaba: Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe*.

⁶ Municípios de Indiaroba, Estância, Barra dos Coqueiros e Japaratuba.

Movimento para consolidar a agregação de valor, enquanto a luta acerca do acesso e conservação das mangabeiras ficou em segundo plano.

Renda

A renda relacionada à venda da mangaba in natura é variável e, na opinião de algumas entrevistadas, melhorou, devido ao acesso a outros canais de comercialização e, para outras, diminuiu, o que é atribuído à presença de grande quantidade de mangaba no mercado. Isso acontece em um contexto de maior valorização da mangaba depois da grande visibilidade adquirida pela fruta, após a criação do MCM e a organização das catadoras de mangaba. Desde então, as vendas e o número de atores inseridos no circuito produtivo cresceram, como “[...] intermediários, feirantes, processadores (fábricas de polpas, sorveterias, unidades de beneficiamento coletivas), restaurantes, lanchonetes, supermercados, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e consumidores finais” (Rodrigues et al., 2017, p. 38).

“Antes a gente levava para o Ceasa e vendia também no mercado aqui em Aracaju, e também no povoado o pessoal vinha e comprava. Era um pouco difícil porque a gente tinha que esperar o freguês. Tem que ter uma mangaba boa porque eles não comprem qualquer mangaba, aí como são muitas catadoras vendendo aí se torna um pouco difícil. Aí às vezes umas vende outras não vende. Aí ficava aquela situação. Mas agora é difícil ela voltar, antes ainda voltava, eu voltava com mangaba pra casa. Aí o que era que acontecia com essa mangaba? Como a gente não sabia o que fazer com ela aí dava para os animais. E hoje se ela voltar ela não vai mais ser colocada para os animais, ela vai ser colocada no freezer para já ser usada no doce. Também hoje já tem os grupos, né? Tem grupo que já bota diretamente para a associação, tem outro grupo que já leva para o Ceasa, tem outro grupo que fica meio a meio, uma parte vai para a associação outra parte vai pra feira, porque tem as pessoas lá que eles precisam também atender. E quando enche o freezer na associação aí eles levam para o supermercado. Sim, também compramos de quem não é associado. Porque esse é o nosso objetivo na associação de atender o povoado, atender os moradores que moram aqui no povoado, aí a associação compra deles.” (S., catadora de mangaba, Capuã, Barra dos Coqueiros)

“[...] E de um certo tempo pra cá[...] Eu vou falar do ano que eu me entendendo com gente, de 82 pra cá, o pessoal viu que aquela fruta dava pra consumir, não só a pessoa, mas também dava pra fazer um tostãozinho, fazer um dinheirinho pra que a pessoa pudesse colocar o sustento dentro de casa.” (Catadora de mangaba no grupo focal em Preguiça de Baixo, Indiaroba)

Ação coletiva

Participação formal

Durante o período avaliado, quatro Encontros Estaduais foram realizados em Aracaju. O I Encontro das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe, em novembro de 2007, contou aproximadamente com 100 participantes. O Encontro estimulou a constituição de uma Comissão de Defesa das Catadoras e dos Remanescentes de Mangabeiras de Sergipe e, a partir dessa iniciativa, a criação do MCM de Sergipe, em 2007. Esta iniciativa contou com o apoio de pesquisadores e de uma liderança do Maranhão, vinculada ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) (Mota et al., 2007).

Enquanto o I Encontro das Catadoras de Mangaba teve como principal resultado o consenso em torno da autodesignação “catadora de mangaba” e a criação do movimento, no II Encontro já foi visível a atuação do MCM no desenvolvimento de símbolos que representassem o Movimento. Houve uma competição de canções para conquistar a aprovação como hino do movimento. Os dois encontros tiveram as suas próprias logos e foi desenvolvida mais uma para o MCM.

O II Encontro das Catadoras de Mangaba contou com aproximadamente 120 participantes, mas a sua composição mudou e fizeram-se presentes mais homens e mais catadoras de mangaba com acesso à terra (assentadas, proprietárias de pequenos sítios) do que no I Encontro. Essa composição teve sua repercussão nas principais reivindicações, quais sejam: não cortar as mangabeiras, acesso à terra ou as plantas (nativas) e aumento das plantas para as catadoras de mangaba com sítio. A principal controvérsia neste momento foi, por um lado, continuar com o extrativismo em áreas de livre acesso ou em reservas extrativistas ou, pelo outro, optar pela posse de terra individual para plantar mangabeiras. Ainda houve a tendência

de se optar simultaneamente pelas duas possibilidades. Todas as alternativas foram consideradas na Assembleia Geral do MCM, durante o evento (Rodrigues et al., 2015).

Em 2013, no III Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, houve uma redução grande no número de participantes e apenas 17 mulheres compareceram ao evento, a maioria associada ao projeto de agregação de valor à mangaba, o que ilustra a inclinação do movimento a esta pauta. Já no IV Encontro, em 2015, o MCM repensou suas ações, discutindo outras questões como o futuro do Movimento, as ameaças às extrativistas e a necessidade de mobilizações públicas, embora não se tenha deixado de tratar de assuntos relacionados à valorização da identidade e da autoestima do grupo social, como o lançamento de um segundo CD (elas já haviam lançado um primeiro quando do início do projeto UFS/Petrobras) de músicas cantadas pelas catadoras de mangaba.

Nos anos seguintes, não se registraram eventos maiores com participantes de diferentes regiões do estado, mas reuniões locais nos municípios, com a participação de catadoras de mangaba dos seus arredores.

Fundação de organizações

Desde a fundação do MCM, foram criadas cinco associações em Sergipe (Figura 6), todas relacionadas às minis fábricas de produtos de mangaba e que representam importantes iniciativas de organização formal na escala local. São elas: Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (Ascamai), com sede no povoado Pontal; Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba da Barra dos Coqueiros (ACMBC), no povoado Capuã; Associação das Catadoras de Mangaba de Porteiras do Município de Japaratuba (ACMPJ); Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Manoel Dias do Município de Estância (Ascamade); e Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha do Município de Estância (Ascamare). As associações têm facilitado o estabelecimento de convênios e de parcerias para as catadoras de mangaba.

Uma sexta associação relacionada também foi criada no povoado Baixa Grande, a Associação Renascer das Catadoras de Mangaba, cuja unidade produtiva ainda está em processo de estabelecimento. Apesar da criação das

associações, as entrevistadas reconhecem a necessidade de aumento do número de associadas e maior divulgação para que um grupo maior de catadoras de mangaba possa se beneficiar das suas ações.



Fotos: Josué Francisco da Silva Júnior

Figura 6. Unidades produtivas da Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha do Município de Estância (Ascamare); Associação das Catadoras de Mangaba de Porteiras do Município de Japaratuba (ACMPJ); e Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba da Barra dos Coqueiros (ACMBC), no povoado Capuã, 2019.

Uma associação foi criada no bairro 17 de Março/Santa Maria, em Aracaju, a Associação de Catadores e Catadoras de Mangaba Padre Luiz Lemper, que conta com 88 associados (50 mulheres e 38 homens) e, ao contrário das demais, tem como principal bandeira a luta pelo acesso às mangabeiras nativas da área conhecida como Cabo do Revólver, em Aracaju. Essa área

constitui-se em um dos últimos remanescentes da espécie de todo o município. Possui aproximadamente 24 hectares e, na sua totalidade, foi conservada graças à ação de famílias que ali se territorializaram há décadas e permanecem até então. A área continua em questão judicial no Ministério Público Federal em Sergipe (MPF-SE) envolvendo a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), a Prefeitura Municipal de Aracaju, o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (Motu) e a comunidade.

Mobilizações

As mobilizações das catadoras de mangaba de Sergipe resultaram em avanços importantes para essas mulheres, como o aumento de sua autoestima ao se reconhecerem enquanto catadoras de mangaba, a possibilidade de acessarem recursos antes indisponíveis (como créditos e políticas públicas). O seu reconhecimento enquanto grupo culturalmente diferenciado, que, somado aos mecanismos de ambientalização dos conflitos, tem servido para reivindicar a permanência em territórios.

A participação de representantes do MCM em comissões nacionais aproximou as catadoras de mangaba de movimentos sociais e sindicatos com lutas históricas pelo acesso à terra e aos recursos naturais e ampliou a participação em manifestações de repercussão nacional, como as Marchas das Margaridas, e em diversas edições do importante Fórum Social Mundial. As catadoras de mangaba também foram cadastradas como Comunidade de Alimento da Fundação Slow Food (Slow Food, 2020).

A partir de 2018, uma nova iniciativa patrocinada pela Petrobras teve o protagonismo das catadoras de mangaba, o projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, coordenado pela Ascamai, que pretende incentivar o trabalho de mulheres em rede de economia solidária e criativa, valorizando os usos tradicionais e saberes da sociobiodiversidade, com a finalidade de inserção no mercado.

As catadoras de mangaba têm se mobilizado também para atender às reuniões convocadas pelo MPF-SE. Em 2008, foi realizada a primeira reunião com a participação de representantes de instituições públicas federais e estaduais e do MCM. Naquela ocasião, a presidenta do MCM relatou denúncias de desmatamento das mangabeiras nativas e proibição de coleta de frutos

em áreas de terceiros imposta pelos proprietários de terra às catadoras de mangaba.

Desde então, o MFP-SE tem apoiado pesquisas de mapeamento e monitoramento do extrativismo da mangaba em Sergipe e medidas protetivas contra a derrubada de mangabeiras nativas. Nesse sentido, entre 2008 e 2020, o MPF-SE abriu três Procedimentos Administrativos⁷ para tratar dos problemas enfrentados pelas catadoras de mangaba do estado.

Em 2015, as catadoras de mangaba estiveram na Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) para denunciar o desmatamento das áreas de mangabeiras nativas. Também em 2015, elas participaram do Seminário Criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe e Preservação da Mangabeira, promovido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Em 2019, as catadoras de mangaba, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, participaram do Seminário Parlamentar “Povos e comunidades tradicionais: fortalecendo identidades e resistências nos territórios”, também promovido pela Câmara dos Deputados, em Brasília. A articulação das catadoras de mangaba com parlamentares resultou, em 2017, na aprovação do projeto de lei nº 1066/2015 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que proíbe o corte e a derrubada da mangabeira em todo território nacional (Brasil, 2020).

Desenvolvimento da habilidade de comunicação

Na dimensão pessoal, ao longo dos anos e a partir de capacitações e participação em diferentes eventos, foram identificadas ou se sobressaíram catadoras de mangaba com habilidade de comunicação em grupos, reuniões e similares. Esta característica permitiu que essas mulheres representassem a categoria em diversos eventos nacionais (audiências, reuniões e fóruns) e até internacionais na Tunísia, Itália e Chile.

⁷ N. 1.35.000.00029/2008-97; n. 1.35.000.000381/2015-41; n. 1.35.000.000383/2015-30.

“Quando vinha pessoal de fora, a gente se escondia para não falar nada. No primeiro encontro, eu ainda fui meia calada, ainda estava conhecendo, muita gente importante, aí depois que nós fomos participando de reuniões[...] Aí fui perdendo a vergonha, perdendo medo de falar. Eu fico com vergonha de participar das coisas porque eu não sei ler. Eu até estudei[...] A gente melhorou para o bem, a gente cresceu, cada dia aprendendo mais[...]” (J., catadora de mangaba, Pontal, Indiaroba)

“Mudou muito. O meu entendimento, as pessoas falavam comigo de um jeito eu já entendia de outro, até mesmo o meu modo de me expressar eu tinha medo de público, eu perdi o meu medo de público, assim não tá 100%, mas se tiver de chegar no grupo grande, se tiver de falar eu falo, que antes não era assim[...]” (C., catadora de mangaba, Preguiça de Baixo, Indiaroba)

“Mudou muitas coisas. Primeiro que eu chegava nos lugares, entrava muda e saía muda. Eu era muito tímida. E depois dessas reuniões, desses encontros aí eu comecei a falar e a minha fala foi chamando atenção das pessoas.” (S., catadora de mangaba, Capuã, Barra dos Coqueiros)

Reaplicação da tecnologia

Apropriação, acessibilidade e limites

Em se tratando de processos sociais, o termo “reaplicação” tem limites porque como mostra a literatura, fatos que ocorreram não podem ser reproduzidos em condições controladas (Matta, 1987). Eles podem, porém, ser exemplos inspiradores para ações semelhantes. Portanto, o conteúdo e as práticas da tecnologia social são ressignificados pela perspectiva dos participantes no seu tempo.

Mesmo considerando o pressuposto, os procedimentos de mobilização e visibilização da importância das catadoras de mangaba continuaram como propósito do grupo, mas com a diversificação dos procedimentos e a priorização de ações econômicas localizadas.

Embora a tecnologia social não tenha sido reaplicada na sua forma integral, muitos dos seus procedimentos e ferramentas foram utilizados pelas catadoras de mangaba como estratégia de empoderamento.

Algumas associações, em parceria com o MCM e instituições governamentais, têm promovido encontros, reuniões locais e feiras culturais. Articulações com entidades de movimentos sociais, universidades e organismos governamentais têm resultado em novos projetos e possibilitado novos caminhos para comercialização de produtos e fortalecimento do movimento. A utilização de novas mídias e redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp, YouTube) pelo MCM, associações e projetos tem ampliado a visibilidade das catadoras de mangaba, o que antes, na implantação da tecnologia social, era feito apenas por meio de matérias jornalísticas em veículos radiotelevisivos e na imprensa escrita. Capacitações para alguns grupos e representantes de catadoras de mangaba também foram empreendidas localmente e em outros estados, a exemplo da formação de educadores e lideranças populares na Escola de Formação Quilombo dos Palmares, no Recife, PE.

Uma das ferramentas usadas no desenvolvimento da tecnologia social é o mapeamento das áreas naturais de ocorrência de mangabeiras e das comunidades tradicionais relacionadas ao extrativismo da mangaba. Nesse sentido, parte do conteúdo da tecnologia social foi reaplicada em Pernambuco, o que originou o Mapa das áreas remanescentes e extrativismo da mangaba no estado de Pernambuco (Silva Júnior et al., 2018b).

Considerações finais

A pesquisa para avaliação da tecnologia social permitiu:

- a) caracterizar o processo de empoderamento no que concerne às conquistas quanto ao acesso aos recursos naturais (áreas de coleta), concluindo que houve redução do acesso e maior mercantilização das relações;
- b) caracterizar o processo de empoderamento quanto às mudanças sociais, políticas e econômicas das catadoras de mangaba, constatando que mudanças importantes quanto ao reconhecimento e participação em políticas públicas, comissões e processos em diferentes escalas ocorreram

e persistem, bem como maior valorização da fruta e dos produtos dela derivados;

c) avaliar a importância da ação coletiva no decorrer do processo de empoderamento, concluindo que a ação coletiva experimenta mudanças com a priorização de ações em escala local;

d) avaliar se as demandas das catadoras de mangaba foram alcançadas no processo de empoderamento, constatando que em se tratando do acesso aos recursos naturais os propósitos não foram alcançados, observando várias derrotas para as mulheres;

e) avaliar se as estratégias para o empoderamento foram reaplicadas integralmente ou em parte em diferentes territórios do Estado de Sergipe, concluindo que persistem antigos e novos processos em conformidade com a perspectiva das catadoras de mangaba nos tempos atuais. No entanto, muitas ferramentas preconizadas pela tecnologia social continuaram sendo utilizadas, ainda que parcialmente.

Agradecimentos

Às catadoras de mangaba, pelas informações gentilmente fornecidas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 1066/2015**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1198926>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Territórios prioritários** - Chamada CNPq/MCTIC/MDS nº. 36/2018 - Tecnologia Social. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/app-sagi/geosagi/ts2018/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Nota Técnica nº 51560/2017-MMA de 07 de novembro de 2017**. Encaminha informações solicitadas por meio do Ofício nº 88626/2017-MP, da Secretaria de Patrimônio da União com vistas ao procedimento administrativo de destinação de áreas indubitáveis da União para comunidades de catadoras de mangaba e pescadores artesanais, em região estuarina do Litoral Sul do Estado de Sergipe. Brasília, DF: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Combate a Desertificação, 2017.

BRUMER, A. ANJOS, G. dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2010. p. 217-240. (Nead Debate; 14).

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente**. Belém: 1997. p. 263-283.

CONAB. **Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)** - 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio> Acesso em: 11 nov. 2020.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 175 p.

EMBRAPA. **Geoinfo: Infraestrutura de Dados Espaciais da Embrapa**. Disponível em: http://inde.geoinfo.cnpem.embrapa.br/geonetwork_inde/srv/por/catalog.search#/home. Acesso em: 14 set., 2020.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco de Tecnologias Sociais**. 2011. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/estrategias-para-o-empoderamento-das-catadoras-de-mangaba-em-sergipe.htm>. Acesso em: 9 out.2018.

FERREIRA, E. G.; LEMOS, E. E. P. de; SOUZA, F. X. de; LOURENÇO, I. P.; LEDERMAN, I. E.; BEZERRA, J. E. F.; SILVA JUNIOR, J. F. da; BARROS, L. de M.; RUFINO, M. S. M.; OLIVEIRA, M. E. B.; MENDONÇA, R. M. N.; ALVES, R. E.; ARAÚJO, R. R. de; SILVA, S. M.; SOUZA, V. A. B. Frutíferas. In: SAMPAIO, E. V. S. B.; PAREYN, F. G. C.; FIGUEIRÔA, J. M. de; SANTOS JUNIOR, A. G. (Ed.). **Espécies da flora nordestina de importância econômica potencial**. Recife: Associação Plantas do Nordeste, 2005. p. 49-100.

MATTA, R. da. Ciências naturais e ciências sociais. In: MATTA, R. da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 17-27.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MONACHINO, J. A revision of *Hancornia* (Apocynaceae). **Lilloa**, v. 11, p. 19-48, 1945.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JUNIOR, J. F. da; PORRO, N. M.; OLIVEIRA T. C. V. de. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 241-262, jul./set., 2014.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 1, p. 121-143, 2008.

MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (Ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa, 2011a. 303 p.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. **Antropolítica**, v. 31, p. 123-146. 2011b.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; JESUS, N. B. de; PEREIRA, E. O.; RODRIGUES, R. F. de A.; SANTOS, J. V. dos; CURADO, F. F. **As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. 71 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 310).

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações tradicionais e formas coletivas de gestão das áreas de ocorrência de mangabeira. **Raízes**, v. 22, n. 2, p. 225-233, 2003.

RODRIGUES, R. F. de A.; SILVA JUNIOR, J. F. da; MOTA, D. M. da; PEREIRA, E. O.; SCHMITZ, H. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. 55 p.

RODRIGUES, R. F. de A.; SALVADOR, A. S.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; VIEIRA, D. L. M.; PEREIRA, E. O.; SANTOS, J. V. dos; AMARAL, C.; LISBOA, M. M. R.; JESUS, N. S. de. **As catadoras de mangaba: em defesa dos seus modos de vida**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2015. 55 p. (Embrapa Tabuleiros Costeiros. Documentos, 192).

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 273-292, 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Tradição ameaçada: os conflitos sociais enfrentados pelas catadoras de mangaba no Brasil. In: KREKELER, B.; KÖNIG, E.; NEUMANN, S.; ÖLSCHLEGER, H. D. (Org.). **“Was nützt alles Wissen, wenn man es nicht teilen kann?”** Gedenkschrift für Erwin Heinrich Frank. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2013. p. 359-373. (Estudios Indiana, 5).

SERGIPE. Lei nº 7.082 de 17 de dezembro de 2010. Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Sergipe**, Aracaju, dez. 2010. Disponível em: <http://www.al.se.gov.br/Legislacao/Ordinaria/2010/070822010.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

SILVA JUNIOR, J. F. da. Recursos genéticos de mangabeira nos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Nordeste. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DA MANGABA, 1., 2003, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. CD-ROM.

SILVA JUNIOR, J. F. da; MOTA, D. M. da; BARBIERI, R. L.; ALERCIA, A. Promoting community management of underutilized tropical and subtropical fruit genetic resources in Brazil. In: STHAPIT, B.; LAMERS, H.; RAO, R.; BAILEY, A. (Ed.). **Tropical fruit tree diversity: good practices for in situ and on-farm conservation**. Roma: Bioversity International; New York: Routledge, 2016. p. 106-111.

SILVA JUNIOR, J. F. da; MOTA, D. M. da; LÉDO, A. da S.; MUNIZ, A. V. C. da S.; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. Mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes). In: BURLE, M. L.; FALEIRO, F. G. **Frutales nativos con importancia actual y potencial para del Cono Sur**. Montevideo: Procisur; IICA, 2017. 27 p.

SILVA JUNIOR, J. F. da; MUNIZ, A. V. C. da S.; LÉDO, A. da S.; MAIA, M. C. C.; CARVALHAES, M. A.; SILVA, S. M. C.; DULLOO, E.; ALERCIA, A. **Descriptors for mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes)**. Roma: Bioversity International; Embrapa, 2018a. 56 p.

SILVA JUNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A.; MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; WEBBER, D. C.; CASTRO, M. F. de. **Áreas remanescentes e extrativismo de mangaba no estado de Pernambuco**. Brasília, DF: Embrapa; Recife: IPA, 2018b. 94 p.

SLOW FOOD BRASIL. **Produtos do Brasil na Arca do Gosto**. Disponível em: <http://slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil>. Acesso em: 14 set. 2020.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

VIEIRA, D. L. M.; RODRIGUES, R. F. de A.; PEREIRA, E. O.; AMARAL, C. de S.; MORAES, A. da C.; LESSA, C. M.; SANTOS, J. V. dos; PEREIRA, C.; BARRETO, C.; OLIVEIRA, P. C. U. de O. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: ameaças e demandas**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009. 31 p.



Tabuleiros Costeiros

Apoio



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÕES

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

